

A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição privada portuguesa de utilidade pública, criada em 1956 de acordo com a vontade expressa em testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian. De acordo com os seus estatutos, desenvolve atividade nas áreas das artes, beneficência, educação e ciência, em Portugal e no estrangeiro, também através das suas delegações no Reino Unido e em França. A Fundação promove um vasto leque de atividades diretas e de apoios a programas e projetos.

DESAFIO PROTOCOLO DO CAPITAL NATURAL **JERÓNIMO MARTINS**

O GRUPO JERÓNIMO MARTINS APLICOU O PROTOCOLO DO CAPITAL NATURAL PARA VALORAR OS CUSTOS SOCIAIS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE DIFERENTES COMPONENTES DE EMBALAGEM

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

GULBENKIAN.PT

Av. de Berna, 45A
1067-001 Lisboa

Em parceria com

**Jerónimo
Martins**

BCSD Business Council
for Sustainable
Development

 NATURAL
CAPITAL
COALITION

INICIATIVA GULBENKIAN OCEANOS



O Protocolo do Capital Natural é um documento padronizado que permite às empresas a compreensão das suas relações com a natureza de uma forma sistemática. É estruturado de forma a gerar informação de confiança, credível e com utilidade prática, que possa ser utilizada para informar sobre os riscos e oportunidades e, em última análise, ajudar a tomar consciência de benefícios tangíveis para as empresas, tais como a redução dos custos de produção, a otimização da gestão, a melhoria da perceção pública e o aumento das fontes de receitas. Além disso, as empresas têm a possibilidade de proporcionar benefícios significativos às comunidades e ao ambiente.

PERFIL DA EMPRESA

Jerónimo Martins é um Grupo internacional com sede em Portugal, que atua nos setores da Distribuição Alimentar e Retalho Especializado. A nossa principal atividade é a Distribuição Alimentar, representando mais de 90% das vendas consolidadas em 2016.

Com 225 anos de história na indústria alimentar, desde a sua fundação em 1792, o Grupo tem atividades comerciais em Portugal, Polónia e Colômbia que partilham uma visão em comum: democratizar o acesso a produtos alimentares de qualidade. No Grupo Jerónimo Martins, procuramos gerir de forma equilibrada a relação entre a prosperidade económica, o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

Porquê avaliar o capital natural?

A nossa atividade principal está diretamente relacionada com a natureza uma vez que dependemos da existência de alimentos para a sua distribuição. Em 2010, o Grupo fez uma avaliação interna com o objetivo de identificar e avaliar os principais riscos e oportunidades resultantes da utilização dos serviços dos ecossistemas. Para tal foi utilizada a metodologia *Ecosystem Services Review*, sendo identificados oito serviços prioritários. Em 2014, foi realizada uma segunda revisão e identificados onze serviços de ecossistemas prioritários. Considerando as nossas dependências diretas e indiretas face aos serviços de ecossistemas, os nossos impactos nestes serviços e a nossa experiência anterior com a *Ecosystem Services Review*, implementar o **Protocolo do Capital Natural**, recentemente publicado, foi um passo natural. Ao implementar o Protocolo, esperamos continuar a melhorar a nossa experiência e conhecimento acerca do capital natural e dos serviços dos ecossistemas de que dependemos.

Com que fim foi utilizado o Protocolo do Capital Natural?

O Protocolo do Capital Natural foi utilizado para medir e valorar, em termos comparativos e ao longo de todo o ciclo de vida, os impactos sociais do uso do PVC e de materiais plásticos alternativos (LDPE e PET), nos componentes das embalagensⁱ dos nossos produtos de Marca Própria comercializados no mercado português (i.e. *Pingo Doce* e *Recheio*). A empresa pretendeu avaliar o impacto de uma possível substituição do PVC nos componentes destas embalagens.

Quais foram os resultados da avaliação?

Jerónimo Martins aplicou os nove passos do Protocolo do Capital Natural, os quais são, em si mesmos, um desafio em termos de complexidade e requisitos de informação. Foram analisados três cenários, para os quais foram utilizadas diferentes fontes de informação. Os resultados variaram bastante entre cenários. Assim sendo, e de modo a reduzir a incerteza, são necessários desenvolvimentos futuros que incluam na análise impactes e fontes de dados adicionais, uma vez que foram assumidos pressupostos e simplificações conservadores durante a avaliação. Mesmo assim, foi possível concluir que, ao contrário do que seria esperado, os impactes com maior custo social são os relacionados com as emissões de gases poluentes prejudiciais à saúde humanaⁱⁱ ao invés das emissões de gases com efeito de estufa ou emissões tóxicas – tais como dioxinas – resultantes da produção de PVC.

Quais foram os principais benefícios identificados pelo Grupo Jerónimo Martins?

A aplicação do Protocolo do Capital Natural parece contribuir para um conhecimento mais aprofundado, nomeadamente na identificação de: i) riscos ambientais a montante da cadeia de fornecimento; ii) possível contaminação da cadeia de resíduos plásticos pelo uso de PVC; e iii) discussões em curso sobre o desenvolvimento de regulamentação que poderá aumentar os custos devido a taxas ambientais, taxas de deposição de resíduos ou aumento da complexidade da separação do plástico por tipo de material utilizado.

Próximos passos

Os próximos passos possíveis incluem conduzir uma análise mais aprofundada para os aspetos com maior grau de incerteza e integrar os resultados num eventual processo de tomada de decisão em relação à substituição futura do PVC nas embalagens dos produtos de Marca Própria.

NOTAS

ⁱ Todo o PVC utilizado atualmente nas embalagens de Marca Própria não se encontra diretamente em contacto com os alimentos.

ⁱⁱ As emissões gasosas identificadas incluem SO₂, PM_{2.5} e NO_x.

Fundação Calouste Gulbenkian
Iniciativa Gulbenkian Oceanos
Francisca Moura, Catarina Grilo, Filipa Saldanha, Gonçalo Calado
oceanos@gulbenkian.pt
+ 351 217 823 000

Autoria: Ana Rovisco (Jerónimo Martins), Fernando Ventura (Jerónimo Martins), Maria João Gaspar (consultora independente)
Avaliação e revisão técnica: Filipa Saldanha (Fundação Calouste Gulbenkian), Marta Santamaría (Natural Capital Coalition) and Mafalda Evangelista (BCSD Portugal)

A Fundação Calouste Gulbenkian trabalha para um mundo mais sustentável, onde o impacto das atividades humanas sobre o ambiente deve ser inevitavelmente tido em conta. Ao observar que as empresas, em geral, excluem o capital natural da tomada de decisão, a Fundação tentou reverter essa tendência. Mais especificamente, promoveu várias iniciativas que visaram aumentar a consciencialização sobre a importância de ter em conta o capital natural na gestão empresarial, promoveu o **Programa de Formação Protocolo do Capital Natural**, o qual contou com a presença de 55 participantes de 36 empresas portuguesas de grande dimensão, e ofereceu a todas as empresas a oportunidade de participar no **Desafio Protocolo do Capital Natural**, cujo principal objetivo foi demonstrar a aplicação do Protocolo do Capital Natural no seu contexto empresarial. Estas formações e todos os conteúdos técnicos foram dados pela Natural Capital Coalition.

Este caso de estudo foi desenvolvido no contexto do Desafio Protocolo do Capital Natural, um projeto liderado pela Iniciativa Gulbenkian Oceanos em parceria com o **BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável** e com a **Natural Capital Coalition**.

Contactos
Filipa Saldanha
Iniciativa Gulbenkian Oceanos, Fundação Calouste Gulbenkian
fsaldanha@gulbenkian.pt

Tradução: Inês Martins
Revisão: Catarina Espírito Santo
Design gráfico: Formas do Possível, Creative Studio
Impressão: Jorge Fernandes, Lda.

350 cópias
Lisboa, Setembro 2017